

Alerta Legislação nº 24, de 10 a 15 jun. 2024

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal
<u>LEI Nº 14.886, DE 11 DE JUNHO DE 2024</u> Institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas. <u>LEI Nº 14.822, DE 22 DE JANEIRO DE 2024</u> Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.
Prefeitura de São Paulo
<u>DECRETO Nº 63.488, DE 11 DE JUNHO DE 2024</u> Regulamenta a desapropriação por hasta pública no Município de São Paulo, nos termos dos artigos 99-A e seguintes da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico, artigos 67 e seguintes da Lei nº 17.734, de 11 de janeiro de 2022, que dispõe sobre os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária e artigos 47 e seguintes da Lei nº 17.844, de 14 de setembro de 2022, que aprova o Projeto de Intervenção Urbana Setor Central – PIU-SCE.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
14/06/2024	<u>DECRETO Nº 12.061, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Torna sem efeito a outorga da concessão à Rádio Portal de Caxias Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de João Lisboa, Estado do Maranhão.
	<u>DECRETO Nº 12.060, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Torna sem efeito a outorga da concessão à EBC Empresa Bauruense de Comunicação Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.
	<u>DECRETO Nº 12.059, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u>

	Dispõe sobre a execução do Ducentésimo Décimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 (219PA-ACE18), firmado pela República Federativa do Brasil, pela República Argentina, pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai. <u>DECRETO Nº 12.058, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre a execução do Ducentésimo Décimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 (218PA-ACE18), firmado pela República Federativa do Brasil, pela República Argentina, pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai. <u>DECRETO Nº 12.057, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Autoriza o aumento de capital social da Telecomunicações Brasileiras S.A. <u>DECRETO Nº 12.056, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Promulga a Convenção relativa à Transferência de Pessoas Condenadas, firmada pela República Federativa do Brasil, em Estrasburgo, em 21 de março de 1983. <u>DECRETO Nº 12.055, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre a qualificação do projeto de criação do Campus Integrado do Instituto Nacional de Câncer no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.
13/06/2024	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.232, DE 12 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária. <u>DECRETO Nº 12.054, DE 12 DE JUNHO DE 2024</u> Altera o Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados e as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional - SIN. <u>DECRETO Nº 12.053, DE 12 DE JUNHO DE 2024</u> Altera o Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, que dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada. <u>DECRETO Nº 12.052, DE 12 DE JUNHO DE 2024</u> Reduz a zero as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidentes sobre produtos doados ao Estado do Rio Grande do Sul ou aos Municípios em estado de calamidade pública declarado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, destinados às vítimas das enchentes naquele Estado.

12/06/2024	<u>DECRETO Nº 12.051, DE 11 DE JUNHO DE 2024</u> Institui o recurso de multiprogramação para as detentoras de outorga para execução de serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educativos ou de exploração comercial. <u>DECRETO Nº 12.050, DE 11 DE JUNHO DE 2024</u> Altera o Decreto nº 11.739, de 18 de outubro de 2023, que dispõe sobre a adaptação facultativa das outorgas de execução do serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas e ondas tropicais para outorgas de execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. <u>DECRETO Nº 12.049, DE 11 DE JUNHO DE 2024</u> Institui o Programa Mais Ciência na Escola para Expansão de Tecnologias Digitais e Experimentação Científica na Educação Básica - Mais Ciência na Escola.
12/06/2024 (Ed. extra)	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.231, DE 12 DE JUNHO DE 2024</u> Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 124.060.365,00, para o fim que especifica.
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 37, DE 2024</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.213, de 22 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União no dia 23, do mesmo mês e ano, que "Institui o Programa Acredita no Primeiro Passo, o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil, altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas - Procred 360, institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais - MEIs, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Desenrola Pequenos Negócios, altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 13 de junho de 2024 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 36, DE 2024</u> O PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL, no exercício de suas competências e atribuições constitucionais e regulamentares: (...) FAZ SABER que foi encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a Mensagem nº 72 (CN), de 11 de junho de

2024, que rejeita sumariamente e considera não escritos os incisos III e IV do art. 1º, o art. 5º e o art. 6º, todos da [Medida Provisória nº 1.227, de 2024](#), que "Prevê condições para fruição de benefícios fiscais, delega competência para julgamento de processo administrativo fiscal relativo ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), limita a compensação de créditos relativos a tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e revoga hipóteses de ressarcimento e de compensação de créditos presumidos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins", e declara o encerramento da vigência e eficácia, desde a data de sua edição, dos referidos dispositivos, negando-lhes tramitação no Congresso Nacional. Brasília, em 11 de junho de 2024

Senador **RODRIGO PACHECO**

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 35, DE 2024

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da [Resolução nº 1, de 2002-CN](#), faz saber que a [Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023](#), que "Institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação - Programa MOVER", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 31 de maio de 2024.

Congresso Nacional, em 10 de junho de 2024

Senador **RODRIGO PACHECO**

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 34, DE 2024

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da [Resolução nº 1, de 2002-CN](#), faz saber que a [Medida Provisória nº 1.204, de 29 de dezembro de 2023](#), que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 314.000.000,00, para os fins que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 31 de maio de 2024.

Congresso Nacional, em 10 de junho de 2024

Senador **RODRIGO PACHECO**

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 33, DE 2024

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da [Resolução nº 1, de 2002-CN](#), faz saber que a [Medida Provisória nº 1.201, de 21 de dezembro de 2023](#), que "Concede remissão total dos créditos tributários relativos às importações de produtos automotivos da República do Paraguai ao amparo do Regime de Origem do Mercosul, nas condições que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 30 de maio de 2024.

Congresso Nacional, em 10 de junho de 2024

Senador **RODRIGO PACHECO**

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 32, DE 2024

	O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.200, de 20 de dezembro de 2023, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 93.143.160.563,00, para os fins que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 28 de maio de 2024. Congresso Nacional, em 10 de junho de 2024 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 31, DE 2024</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.212, de 9 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União no dia 10, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 7 de junho de 2024 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Atos do Poder Legislativo	<u>LEI Nº 14.898, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Institui diretrizes para a Tarifa Social de Água e Esgoto em âmbito nacional. <u>LEI Nº 14.881, DE 7 DE JUNHO DE 2024 (*)</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Saúde, e da Integração e do Desenvolvimento Regional, crédito suplementar no valor de R\$ 2.854.421.588,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <i>(*) Republicação parcial da Lei nº 14.881, de 7 de junho de 2024, publicada na Edição Extra nº 108-A do Diário Oficial da União de 7 de junho de 2024, Seção 1, página 1, por ter constado inexatidão material nos anexos, constante do texto original do projeto, conforme Ofício nº 206 (CN), de 12 de junho de 2024, do Senhor Primeiro Secretário do Senado Federal.</i> <u>LEI COMPLEMENTAR Nº 204, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023</u> Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para vedar a incidência do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nos casos de transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo contribuinte. <u>LEI Nº 14.897, DE 12 DE JUNHO DE 2024</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal de Contas da União, da Justiça do Trabalho e do Ministério Público da União,

crédito suplementar no valor de R\$ 426.220.771,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.896, DE 12 DE JUNHO DE 2024

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e Pecuária, crédito suplementar no valor de R\$ 182.039.027,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.895, DE 12 DE JUNHO DE 2024

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 873.461.598,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.894, DE 12 DE JUNHO DE 2024

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 94.835.105,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 14.893, DE 12 DE JUNHO DE 2024

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Fazenda e da Educação, crédito especial no valor de R\$ 19.063.245,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 14.892, DE 12 DE JUNHO DE 2024

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Defensoria Pública da União e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R\$ 1.895.000,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 14.891, DE 12 DE JUNHO DE 2024

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 256.770.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.890, DE 12 DE JUNHO DE 2024

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 7.377.849,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 14.889, DE 12 DE JUNHO DE 2024

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 59.000.000,00, para o fim que especifica.

LEI Nº 14.888, DE 12 DE JUNHO DE 2024

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e de cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região e dá outras providências.

LEI Nº 14.887, DE 12 DE JUNHO DE 2024

Altera a [Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006](#) (Lei Maria da Penha), para estabelecer prioridade na assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e a [Lei nº 13.239, de 30 de dezembro de 2015](#), para determinar que a mulher vítima de violência tenha

atendimento prioritário para a cirurgia plástica reparadora entre os casos de mesma gravidade.

LEI Nº 14.843, DE 11 DE ABRIL DE 2024

Altera a [Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984](#) (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prever a realização de exame criminológico para progressão de regime e restringir o benefício da saída temporária.

LEI Nº 14.822, DE 22 DE JANEIRO DE 2024

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

LEI Nº 14.791, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.

LEI Nº 14.757, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Altera a [Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009](#), a [Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993](#), e a [Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017](#), para dispor sobre a extinção de cláusulas resolutivas constantes de títulos fundiários, e dá outras providências.

LEI Nº 14.751, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023

Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal, altera a [Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018](#), e revoga dispositivos do [Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969](#).

LEI Nº 14.735, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023

Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento e dá outras providências.

LEI Nº 14.886, DE 11 DE JUNHO DE 2024

Institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas.

LEI Nº 14.885, DE 11 DE JUNHO DE 2024

Institui o Dia Nacional de Prevenção ao Acidente Vascular Cerebral (AVC).

(...)

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional de Prevenção ao Acidente Vascular Cerebral (AVC), a ser celebrado, anualmente, no dia 29 de outubro.

(...)

LEI Nº 14.884, DE 11 DE JUNHO DE 2024

Institui o Dia Nacional do Imigrante Grego.

(...)

Art. 1º Fica instituído o dia 21 de setembro como o Dia Nacional do Imigrante Grego, a ser celebrado, anualmente, em todo o território nacional.

(...)

LEI Nº 14.883, DE 11 DE JUNHO DE 2024

Confere o título de Capital Nacional da Moda Íntima ao Município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.

LEI Nº 14.882, DE 11 DE JUNHO DE 2024

Reconhece como manifestação da cultura nacional a Festa de São Vito, realizada no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.

MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR <u>RESOLUÇÃO GECEX Nº 610, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Revoga Ex-tarifários para Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicação. <u>RESOLUÇÃO GECEX Nº 609, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Altera o anexo I da Resolução Gecex nº 323, de 4 de abril de 2022. (...) Art. 1º Ficam excluídos do Anexo I da Resolução Gecex nº 323, de 4 de abril de 2022, os Ex-tarifários listados no Anexo I desta Resolução. (...) <u>RESOLUÇÃO GECEX Nº 608, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Altera o anexo I da Resolução Gecex nº 322, de 4 de abril de 2022. (...) Art. 1º Ficam excluídos do Anexo I da Resolução Gecex nº 322, de 4 de abril de 2022, os Ex-tarifários listados no Anexo I desta Resolução. (...) <u>RESOLUÇÃO GECEX Nº 607, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Nomenclatura Comum do Mercosul e sua correspondente Tarifa Externa Comum, conforme estabelecido na Resolução nº 12/24, do Grupo Mercado Comum do Mercosul, e altera Anexos da Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021. <u>RESOLUÇÃO GECEX Nº 606, DE 14 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e a Tarifa Externa Comum - TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022). <u>RESOLUÇÃO GECEX Nº 605, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Altera o Anexo V da Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e a Tarifa Externa Comum - TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022). → Comitê Nacional de Investimentos <u>RESOLUÇÃO CONINV Nº 11, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece o diálogo permanente do Comitê Nacional de Investimentos com os Estados da Federação. CASA CIVIL (CCPR) <u>PORTARIA CC/PR Nº 705, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Define as unidades setoriais do Sistema de Integridade e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - SITAI, no âmbito da Presidência e da Vice-Presidência da República. SECRETARIA-GERAL (SG) → Conselho Nacional de Fomento e Colaboração <u>RESOLUÇÃO CONFOCO Nº 2, DE 16 DE MAIO DE 2024</u> Aprova o Regimento do Conselho Nacional de Fomento e Colaboração - Confoco.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA MCTI Nº 8.251, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Institui Grupo de Trabalho de Apoio Operacional com o objetivo de propor o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial - PBIA. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ <u>PORTARIA CNPQ Nº 1.786, DE 6 DE JUNHO DE 2024</u> (...) Art. 1º Estabelece procedimentos necessários à execução do Prêmio Melhor Ideia, criado pela Resolução Normativa CNPq nº 39, de 4 de dezembro de 2007, que tem como objetivo reconhecer e incentivar servidores e colaboradores que apresentem ideias que aperfeiçoem os trabalhos e as atividades desenvolvidas pelo CNPq. (...)
Ministério da Cultura	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA MINC Nº 14, DE 12 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece medidas emergenciais para projetos culturais financiados por meio do mecanismo de incentivo do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac, em decorrência do estado de calamidade pública declarado por meio do Decreto nº 57.596, de 1º de maio de 2024, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e reconhecida sumariamente pela União por meio da Portaria SEDEC nº 1.467, de 8 de maio de 2024, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA E FOMENTO CULTURAL <u>PORTARIA SEFIC/MINC Nº 409, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> (...) Art. 1º Tornar público o resultado final da etapa de seleção das propostas inscritas no Edital de Chamamento Público MinC n.º 12/2023 - Programa Rouanet nas Favelas. Parágrafo único. O resultado ora divulgado se dá em conformidade com o previsto nos itens 7 e 13 do Edital de Chamamento Público MinC n.º 12/2023 - Programa Rouanet nas Favelas, após a completa realização das fases de processamento e celebração da seleção pública, inclusive recursais. (...)
Ministério da Defesa (MD)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM-MD Nº 2.857, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre os procedimentos para o afastamento de militar aprovado em concurso público para provimento de cargo em órgão da Administração Pública federal, estadual, distrital ou municipal ou em processo seletivo para incorporação ou matrícula em escola de formação nas Forças Armadas ou nas Forças Auxiliares. COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER) ↳ Estado-Maior da Aeronáutica

	<u>PORTARIA EMAER Nº 204/5SC3, DE 29 DE MAIO DE 2024</u> Estabelece os cargos que exercerão a função de Agentes Responsáveis pelas Ações Orçamentárias e pelos Planos Orçamentários vinculados ao COMAER e à CFIAe.
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 546, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Divulga a relação de entidades e a forma de indicação para a escolha de conselheiros do Conselho Nacional de Educação - CNE. <u>PORTARIA Nº 527, DE 6 DE JUNHO DE 2024</u> Institui o Grupo de Trabalho do Diploma Digital de Cursos Técnicos para discussão, formulação e acompanhamento da implantação do Diploma Digital de cursos de educação profissional técnica de nível médio nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e nas demais instituições pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, de forma voluntária. FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES <u>PORTARIA CAPES Nº 168, DE 6 DE JUNHO DE 2024</u> Institui o Programa Centro Multidisciplinar Brasileiro de Estudos sobre Países - CESP SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESU) <u>PORTARIA Nº 22, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre a oferta de novas bolsas e abertura do prazo para análise da documentação de elegibilidade do estudante ao Programa de Bolsa Permanência - PBP, para estudantes indígenas e quilombolas, matriculados em cursos de graduação presencial ofertados por Instituições Federais de Ensino Superior - Ifes.
Ministério da Fazenda	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MF Nº 973, DE 12 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Portaria MF nº 835, de 23 de maio de 2024, que regulamenta o art. 2º da Medida Provisória nº 1.216, de 9 de maio de 2024, para disciplinar a concessão de subvenção econômica sob a forma de desconto nos financiamentos de crédito rural a serem contratados, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), por mutuários que tiveram perdas materiais decorrentes dos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024 em municípios do estado do Rio Grande do Sul que tiveram estado de calamidade pública e de situação de emergência reconhecido pelo Congresso Nacional, nos termos do Decreto Legislativo 36, de 7 de maio de 2024. <u>PORTARIA MF Nº 964, DE 11 DE JUNHO DE 2024</u> Regulamenta o disposto no Capítulo VI da Medida Provisória nº 1.213, de 22 de abril de 2024, para estabelecer os critérios para a elegibilidade dos investimentos ao Programa Eco Invest Brasil, a alocação dos recursos, os processos de habilitação de agentes financeiros e de prestação de contas, bem como a estrutura de governança da Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial, no âmbito do Programa; estabelece a composição

	e as competências do Comitê Executivo do Programa; e dá outras providências. <u>PORTARIA MF Nº 963, DE 11 DE JUNHO DE 2024</u> Altera, mediante antecipação, postergação e remanejamento, os valores autorizados para pagamento de que tratam os Anexos II, II-B, II-C, III, III-C, VI e VII do Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2024 e dá outras providências. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 15, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis. SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL <u>PORTARIA Nº 927, DE 6 DE JUNHO DE 2024</u> O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria SETO/ME nº 3.473, de 19 de abril de 2022, e a portaria STN nº 1.339, de 13 de maio de 2022, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria Normativa MF nº 1.579, de 13 de dezembro de 2023, resolve: <i>Art. 1º Homologar os resultados das ofertas de títulos públicos federais realizados no decorrer do mês de maio de 2024:</i> (...) SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.197, DE 11 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.640, de 11 de maio de 2016, que dispõe sobre a celebração de convênio entre a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, em nome da União, e o Distrito Federal e municípios para delegação das atribuições de fiscalização, de lançamento e de cobrança relativas ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). <u>PORTARIA RFB Nº 425, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Portaria RFB nº 34, de 14 de maio de 2021, que dispõe sobre o compartilhamento de dados não protegidos por sigilo fiscal com órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dos demais Poderes da União.
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA MGI Nº 4.051, DE 12 DE JUNHO DE 2024</u> Fixa, para o exercício de 2023, as metas de desempenho institucional para fins de pagamento da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União - GIAPU.
Ministério da Previdência Social	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MPS Nº 1.869, DE 12 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece, para o mês de junho de 2024, os fatores de atualização dos pecúlios, das parcelas de benefícios pagos em atraso e dos salários de contribuição para cálculo da renda mensal inicial dos benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS <u>PORTARIA PRES/INSS Nº 1.705, DE 12 DE JUNHO DE 2024</u> Autoriza a experiência-piloto do projeto novo PREVMóvel. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 167, DE 10 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022, que disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário. → Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão <u>PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.209, DE 10 DE JUNHO DE 2024</u> Altera o Livro I das Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios, que disciplina os procedimentos e rotinas que versam sobre cadastro, administração e retificação de Informações dos Segurados e Beneficiários no âmbito do INSS, aprovado pela Portaria DIRBEN/INSS nº 990, de 28 de março de 2022 para cumprir a decisão proferida na Ação Cível Pública - ACP nº 080229778.2020.4.05.8500.
Ministério da Saúde	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 4.155, DE 14 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre os valores a serem repassados referentes ao acerto de contas decorrentes da análise das revisões de dados dos meses de maio a agosto do exercício de 2023, de que trata o Título IXA da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, relativos ao repasse da assistência financeira complementar referente ao exercício de 2024. <u>PORTARIA GM/MS Nº 3.681, DE 7 DE MAIO DE 2024(*)</u> Institui a Política Nacional de Cuidados Paliativos - PNCP no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, por meio da alteração da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017. <i>(*) Republicada por ter saído no DOU nº 98, de 22-5-2024, Seção 1, págs. 215-218, com incorreções no original.</i> <u>PORTARIA GM/MS Nº 4.160, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Institui incentivo financeiro federal de investimento destinado à estruturação dos Pontos de Telessaúde no âmbito do Programa SUS Digital e do eixo da Saúde do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC. <u>PORTARIA GM/MS Nº 4.344, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde. <u>PORTARIA GM/MS Nº 4.311, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Credencia municípios a fazerem jus a transferência dos incentivos financeiros federais de custeio referentes às equipes e serviços de saúde bucal, no âmbito da Atenção Primária à Saúde. <u>PORTARIA GM/MSNº 4.308, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Credencia Municípios e Distrito Federal a fazerem jus a transferência dos incentivos financeiros federais de custeio referentes às equipes

Saúde da Família - eSF no âmbito da Atenção Primária à Saúde - APS.

PORTARIA GM/MS Nº 4.165, DE 7 DE JUNHO DE 2024

Credencia municípios a fazerem jus a transferência dos incentivos financeiros federais de custeio referentes às equipes Multiprofissionais - eMulti no âmbito da Atenção Primária à Saúde - APS.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA SAES/MS Nº 1.826, DE 11 DE JUNHO DE 2024

Inclui Subgrupo, Forma de Organização, procedimentos, atributos e compatibilidades na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais no Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada, Ofertas de Cuidados Integrado (OCI) em Oftalmologia.

PORTARIA SAES/MS Nº 1.825, DE 11 DE JUNHO DE 2024

Inclui Subgrupo, Forma de Organização, procedimentos, atributos e compatibilidades na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais no Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada, Ofertas de Cuidados Integrado (OCI) em otorrinolaringologia.

PORTARIA SAES/MS Nº 1.824, DE 11 DE JUNHO DE 2024

Inclui Subgrupo, Forma de Organização, procedimentos, atributos e compatibilidades na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais no Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada, Ofertas de Cuidados Integrado (OCI) em Oncologia.

PORTARIA SAES/MS Nº 1.823, DE 11 DE JUNHO DE 2024

Inclui Subgrupo, Forma de Organização, procedimentos, atributos e compatibilidades na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais no Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada, na Oferta de Cuidados Integrados (OCI) em Ortopedia.

PORTARIA SAES/MS Nº 1.822, DE 11 DE JUNHO DE 2024

Inclui Subgrupo, Forma de Organização, procedimentos, atributos e compatibilidades na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada, Oferta de Cuidados Integrados (OCI) em Cardiologia.

PORTARIA SAES/MS Nº 1.821, DE 11 DE JUNHO DE 2024

Inclui Grupo, atributos e regras condicionadas na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada.

SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

	<u>PORTARIA SAPS/MS Nº 34, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> (*) Dispõe sobre o pagamento da bolsa-formação aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013 e da Portaria Interministerial MS/MEC nº 604, de 16 de maio de 2023. (*) Republicada por ter saído no DOU nº 111, de 12-6-2024, seção 1, pág. 65, com incorreção no original. <u>PORTARIA SAPS/MS Nº 34, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre o pagamento da bolsa-formação aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013 e da Portaria Interministerial MS/MEC nº 604, de 16 de maio de 2023.
Ministério das Cidades	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MCID Nº 562, DE 12 DE JUNHO DE 2024</u> Autoriza a contratação de proposta(s) de empreendimento(s) habitacional(is) enquadrada(s) e ratificada(s), nos termos da Portaria MCID nº 1.482, de 21 de novembro de 2023, que divulga as propostas de empreendimentos habitacionais enquadradas no âmbito da linha de atendimento de provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, de que trata a Portaria MCID nº 727, de 15 de junho de 2023. <u>PORTARIA MCID Nº 507, DE 29 DE MAIO DE 2024</u> Divulga a seleção de proposta do Programa Novo PAC - Mobilidade Urbana Eixo Renovação de Frota, apresentada pela Empresa Companhia Carris Porto Alegre, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), setor privado e dá outras providências. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MCID/MF Nº 4, DE 28 DE MARÇO DE 2024</u> Dispõe sobre a concessão de subvenções econômicas e remunerações do gestor operacional e agentes financeiros aplicáveis à linha de atendimento de provisão financiada de unidades habitacionais novas ou usadas em áreas urbanas do Programa Minha Casa, Minha Vida. <u>PORTARIA MCID Nº 541, DE 10 DE JUNHO DE 2024</u> Aprova o Manual para Contratação de Propostas no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, na área de Mobilidade Urbana, subeixo Renovação de Frota do Ministério das Cidades.
Ministério das Relações Exteriores	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 540, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Autoriza a realização do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2024 e estabelece suas normas.

Ministério de Minas e Energia	SECRETARIA NACIONAL DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E PLANEJAMENTO <u>PORTARIA Nº 2.781/SNTEP/MME, DE 12 DE JUNHO DE 2024</u> O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E PLANEJAMENTO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 692, de 5 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no arts. 5º e 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e na Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve: <u>PORTARIA Nº 2.780/SNTEP/MME, DE 10 DE JUNHO DE 2024</u> (...) Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das Usinas Solares Fotovoltaicas na forma do Anexo à presente Portaria. (...)
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MDIC/MCTI Nº 63, DE 28 DE MAIO DE 2024</u> Altera o Processo Produtivo Básico de INVERSOR SOLAR FOTOVOLTAICO, fabricado no País. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MDIC/MCTI Nº 61, DE 21 DE MAIO DE 2024</u> Estabelecer o Processo Produtivo Básico para os produtos "POLÍMEROS E COPOLÍMEROS DE PROPILENO", industrializados na Zona Franca de Manaus. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MDIC/MCTI Nº 60, DE 14 DE MAIO DE 2024</u> Altera o Processo Produtivo Básico - PPB para BENS DE INFORMÁTICA, industrializados Zona Franca de Manaus. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MDIC/MCTI Nº 59, DE 14 DE MAIO DE 2024</u> Altera o Processo Produtivo Básico - PPB para BENS DE INFORMÁTICA, industrializados no País. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL <u>RESOLUÇÃO Nº 16, DE 10 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre a homologação de territórios junto à Política Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável, reconduzida a partir de 2024.
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MDS Nº 994, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Portaria MDS Nº 892, de 14 de junho de 2023, que institui o Comitê Permanente de Gênero, Raça e Diversidade no âmbito do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e dá outras providências.

	SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CADASTRO ÚNICO <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SAGICAD/MDS Nº 10, DE 11 DE JUNHO DE 2024</u> Define as regras e os procedimentos relativos à integração entre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Prontuário do Sistema Único de Assistência Social e o Sistema E-SUS Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde.
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR <u>PORTARIA SECEX Nº 326, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece critérios para alocação de cotas para importação determinadas pela Resolução do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior nº 601, de 5 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 6 de junho de 2024.
Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MEMP Nº 116, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Disciplina o tratamento de demandas provenientes de órgãos de controle interno e externo e de outros órgãos dotado de competência legal para elaborar recomendações à Administração Pública Federal, no âmbito dos órgãos que compõem a estrutura regimental do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GM/MMA Nº 1.078, DE 10 DE JUNHO DE 2024</u> Institui Grupo de Trabalho - GT, com a finalidade de regulamentação da Lei Federal nº 13.731, de 8 de novembro de 2018, que dispõe sobre mecanismos de financiamento para a arborização urbana e a recuperação de áreas degradadas. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>PORTARIA IBAMA Nº 73, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Cria Unidades de Exercício Descentralizado (UED) vinculadas à Coordenação de Inteligência, da Diretoria de Proteção Ambiental
Ministério do Planejamento e Orçamento	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GM/MPO Nº 177, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 4.943.086.336,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 172, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação; de Minas e Energia; e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$ 1.441.685.873,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

	<u>PORTARIA GM/MPO Nº 168, DE 11 DE JUNHO DE 2024</u> Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 600.030.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 164, DE 11 DE JUNHO DE 2024</u> Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei Orçamentária vigente, em diversos Órgãos do Poder Executivo federal; e Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 88.279.103,00. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 163, DE 11 DE JUNHO DE 2024</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo federal, crédito suplementar no valor de R\$ 114.421.624,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL <u>PORTARIA SOF/MPO Nº 173, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Modifica fonte de recursos constante do Orçamento Fiscal da União, no âmbito de Operações Oficiais de Crédito. <u>PORTARIA SOF/MPO Nº 167, DE 11 DE JUNHO DE 2024</u> Modifica fontes de recursos constantes do Orçamento da Seguridade Social da União, no âmbito dos Ministérios da Previdência Social; da Saúde; e do Trabalho e Emprego, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.
Ministério do Trabalho e Emprego	SECRETARIA DE QUALIFICAÇÃO, EMPREGO E RENDA <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEMP/MTE Nº 4, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre a execução da modalidade denominada Qualificação Social e Profissional no âmbito do Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional - PMQ, de que trata a Resolução CODEFAT nº 995, de 15 de fevereiro de 2024.
Ministério do Turismo	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA MTUR Nº 1, DE 12 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Instrução Normativa MTur nº 02, de 03 de novembro de 2022, que autoriza a implementação e estabelece os procedimentos gerais do Programa de Gestão e Desempenho, no âmbito do Ministério do Turismo.
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 461, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Institui Grupo de Trabalho para apresentação de propostas para a criação e implementação do Sistema Nacional de Direitos Humanos. SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+

	<u>PORTARIA Nº 17, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre a instituição do Comitê de Oportunidades Econômicas para Pessoas LGBTQIA+ no âmbito da Estratégia Nacional de Trabalho Digno, Educação e Geração de Renda para Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e Outras (LGBTQIA+) em situação de vulnerabilidade social, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Ministério dos Transportes	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT → Diretoria Colegiada <u>RESOLUÇÃO Nº 6.043, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre critérios para registro e tratamento de reclamações, dirigidas à Ouvidoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. → Superintendência de Infraestrutura Rodoviária <u>DECISÃO SUROD Nº 289, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Autoriza a implantação da rede de distribuição de gás natural - gasoduto na rodovia BR-116/SP, sob concessão à Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. <u>DECISÃO SUROD Nº 283, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Autoriza a implantação de estações de rádio-base na rodovia BR-116/SP, sob concessão à Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA <u>DECISÃO SUROD Nº 297, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Autoriza a Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. - RioSP a realizar a 2º emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, incentivadas, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional sob condição suspensiva, no montante de R\$ 9.406.250.000,00 (nove bilhões, quatrocentos e seis milhões e duzentos e cinquenta mil reais), com outorgas de garantias compartilhadas dos direitos emergentes da concessão.
Banco Central do Brasil (BCB)	ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO → Departamento Do Meio Circulante <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 478, DE 11 DE JUNHO DE 2024</u> Faculta o encaminhamento, pelo prazo de 90 (noventa) dias, de cédulas e de moedas metálicas retidas no estado do Rio Grande do Sul, para exame de legitimidade e para exame de danos produzidos por dispositivo antifurto, na representação regional do Departamento do Meio Circulante (Mecir) em São Paulo. ÁREA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DE RESOLUÇÃO → Departamento de Organização do Sistema Financeiro <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 477, DE 10 DE JUNHO 2024</u> Divulga a versão 1.4 do Manual de Uso da Marca, que compõe o Regulamento do Pix. DIRETORIA COLEGIADA (DC)

	<u>RESOLUÇÃO BCB Nº 392, DE 12 DE JUNHO DE 2024</u> Institui o Catálogo de Ativos Financeiros - CAF. (...) Art. 1º Esta Resolução institui o Catálogo de Ativos Financeiros - CAF, que elenca os tipos de ativos financeiros objeto dos serviços de registro e de depósito centralizado e estabelece regras para padronização, em normas de autorregulação, do exercício dessas atividades em relação a cada tipo de ativo financeiro. (...)
Poder Judiciário	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) ↳ Diretoria-Geral <u>PORTARIA Nº 161, DE 10 DE JUNHO DE 2024</u> Abre crédito suplementar no valor global de R\$ 3.721.463,00 (três milhões, setecentos e vinte e um mil quatrocentos e sessenta e três reais) ao Orçamento do CNJ, para os fins que especifica. <u>PORTARIA Nº 162, DE 10 DE JUNHO DE 2024</u> Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei Orçamentária vigente, no Conselho Nacional de Justiça, no valor global de R\$ 10.381.052,00 (dez milhões, trezentos e oitenta e um mil e cinquenta e dois reais). DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO ↳ Gabinete do Defensor Público-Geral Federal <u>PORTARIA GABDPGF DPGU Nº 769, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> (...) Art. 1º Alterar o Cronograma Anual de Desembolso Mensal do Órgão 29.000 - Defensoria Pública da União - referente ao exercício financeiro de 2024, com os valores estabelecidos no anexo I desta Portaria. (...) SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) ↳ Conselho da Justiça Federal (CJF) <u>RESOLUÇÃO CJF Nº 891, DE 27 DE MAIO DE 2024(*)</u> Altera a estrutura orgânica do Conselho da Justiça Federal. (*) Republicada por ter saído no DOU nº 104, de 3-6-2024, Seção 1, pág. 168, com incorreções no original. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL <u>PORTARIA Nº 115, DE 11 DE JUNHO DE 2024</u> Comunica a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Supremo Tribunal Federal. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE) ↳ Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade <u>PORTARIA TSE Nº 427 DE 10 DE JUNHO DE 2024</u> Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei Orçamentária vigente, em favor de Tribunais Regionais Eleitorais, no valor que especifica. <u>PORTARIA TSE Nº 425, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Abre crédito suplementar em favor de Tribunais Regionais Eleitorais, no valor que especifica.

Poder Legislativo	DIRETORIA-GERAL → DIRETORIA ADMINISTRATIVA → Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade Coordenação de Contabilidade <u>PRESTAÇÃO DE CONTAS</u> RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Cumprindo o disposto na <u>Resolução n.º 60, de 1994</u>, apresentamos a Prestação de Contas Analítica do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados relativa ao mês de abril de 2024. A Administração do Fundo prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita compreensão das demonstrações.
Tribunal de Contas da União (TCU)	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) <u>PORTARIA-TCU Nº 104, DE 11 DE JUNHO DE 2024</u> Abre, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) , para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente, e dá outras providências. <u>PORTARIA-TCU Nº 103, DE 11 DE JUNHO DE 2024</u> Abre, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) , para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente, e dá outras providências.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA (CFBio) <u>RESOLUÇÃO Nº 704, DE 10 DE JUNHO DE 2024</u> Institui o Programa de Incentivo ao Exercício da Fiscalização (PIEF) no âmbito dos Conselhos Regionais de Biologia. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF) <u>DELIBERAÇÃO CRF-SP Nº 4, DE 10 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece a tabela referencial para serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias privadas. CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA (CFO) <u>RESOLUÇÃO CFO-265, DE 10 DE JUNHO DE 2024</u> Regulamenta as hipóteses de suspeição e de impedimento para análise de processos éticos.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
11/06/2024	<u>DECRETO Nº 68.597, DE 10 DE JUNHO DE 2024</u> Autoriza a abertura de licitação para a concessão administrativa para a construção, manutenção, conservação, gestão e operação dos serviços não-pedagógicos, organizada nos Lotes Leste e Oeste, e aprova o respectivo regulamento

	<u>DECRETO Nº 68.596, DE 10 DE JUNHO DE 2024</u> Autoriza a abertura de licitação para a concessão da prestação dos serviços públicos lotéricos no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
10/06/2024	<u>DECRETO Nº 68.590, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Altera o <u>Decreto nº 64.849, de 6 de março de 2020</u>, que autoriza a Casa Militar, do Gabinete do Governador, por intermédio da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil - CEPDEC, a representar o Estado na celebração de convênios com Municípios paulistas, visando ao aparelhamento dos órgãos municipais de proteção e defesa civil. <u>DECRETO Nº 68.589, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a denominação da futura Estação da Linha 6 - Laranja, da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, de Estação 14 BIS para Estação 14 BIS - Saracura. <u>DECRETO Nº 68.588, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre o Brasão e a Logomarca da Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA Nº 42, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Revoga a Resolução 104, de 30 de dezembro de 1993 (...) Artigo 1º - Revogar a Resolução SAA nº 104, de 30 de dezembro de 1993 que trata da proibição, no Estado de São Paulo, da entrada, da comercialização e do trânsito de sementes, folhas, frutos, galhos e mudas de plantas da Família Esterculiaceae, dos Gêneros Theobroma et Herrania, compreendendo as espécies vulgarmente conhecidas por Cacau (Theobroma cacao i); Cupuaçu (T. grandiflorum Schum); Cupurana (T. speciosum, Wild); Cacaui (T. sylvestre, Mart); Cabeça de urubu (T. obovatum, Klats & Bern); Tacacazeiro (Sterculia speciosa Schum); Herrania (Herrania marie, Mart) e outras, assim como terras e terriços de uso agrícola que acompanhem ou não plantas da família Esterculiaceae e outras espécies vegetais, procedentes dos Estados do Amapá, Roraima, Amazonas, Pará, Acre, Maranhão, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, já declarados infestados pela "vassoura de bruxa", pelo Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. → Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) <u>PORTARIA CDA - 22, DE 12 DE JUNHO DE 2024</u> Regulamenta a realização, em todo o Estado de São Paulo, de exposições, torneios, feiras e demais eventos com aglomeração de aves, enquanto se mantiver o estado de emergência zoossanitária no Estado de São Paulo.

Casa Civil (CC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SGGD/SFP-4, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre a definição dos indicadores globais, metas, critérios de apuração e avaliação para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR da Secretaria da Educação, exercício de 2023 CASA MILITAR (CMil) → Departamento de Defesa Civil <u>RESOLUÇÃO CMIL Nº 018/610/24</u> Substitui o Coordenador Regional de Proteção e Defesa Civil de Guarulhos - REPDEC/M-3
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) COMUNICADO <u>LISTA DE INSCRITOS POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO PÓS SORTEIO</u> A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado de São Paulo, nos termos do Programa Casa Paulista - Preço Social, cujo objeto é a implantação de Habitações de Interesse Social, observando os termos dos Decretos Estaduais nº 64.419/2019 e nº 65.835/2021 e da Resolução SDUH nº 16, de 19 de março de 2024 e suas alterações, torna público a lista de ordenação dos inscritos do referido programa, após realização do sorteio eletrônico, em ordem de classificação e ordem alfabética, para o empreendimento Residencial Laranjeiras, localizado no município de Limeira, conforme edital de convocação publicado em 22 de março de 2024.
Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)	SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL → Coordenadoria de Fiscalização, Cobrança, Arrecadação, Inteligência de Dados e Atendimento → Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Recuperação de Dívida <u>COMUNICADO DICAR Nº 43, DE 10-06-2024</u> Divulga os dados preliminares da DREMU (Declaração da Receita Própria Municipal) referente ao ano-base 2023.
Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI)	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP Nº 1.528, DE 05 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre a atualização das Tabelas Tarifárias e sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) a serem aplicadas no mercado livre pela concessionária de distribuição de gás canalizado Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS e revoga a Deliberação ARSESP nº 1.504, de 06 de março de 2024. (Processo SEI 133.00001525/2024-13) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP Nº 1.527 DE 06 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre a atualização das Tabelas Tarifárias e sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), a serem aplicadas no mercado livre pela concessionária de distribuição de gás canalizado Necta Gás Natural S/A.– NECTA e revoga a Deliberação ARSESP nº 1.505, de 06 de março de 2024. (Processo SEI nº 133.00001526/2024-50)

Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DA PROCURADORA GERAL (GPG) <u>PORTARIA SUBG-CTF Nº 01, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Disciplina, no âmbito dos processos judiciais de competência da Subprocuradoria Geral do Contencioso Tributário-Fiscal, o oferecimento pelos contribuintes e a aceitação de bens imóveis em garantia de créditos tributários e não tributários inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo, bem como a penhora desses bens por iniciativa dos Procuradores do Estado.
Secretaria da Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS Nº 131, DE 11 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde, em consonância ao programa 0930 –Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, com vista a cooperação financeira aos municípios, no financiamento de ações e serviços decorrentes da Atenção Básica prestada à comunidade e dá providências correlatas. COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE (CPS) <u>DELIBERAÇÃO Nº 65, DE 10 DE JUNHO DE 2024</u> (...) A Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo – CIB/SP aprova ad referendum a estratégia temporária de vacinação, contra a dengue aplicada apenas para os municípios que possuem estoque da vacina com prazo de validade até 30/06/2024 e recomenda: Realizar busca da população 10 a 14 anos não vacinada contra a dengue; Em caso de necessidade, esta estratégia poderá ser ampliada até o limite etário especificado na bula da vacina dengue (atenuada), que compreende dos 4 aos 59 anos 11 meses e 29 dias de idade; Será garantida a segunda dose para as pessoas que forem vacinadas dentro dessa recomendação. (...)
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA → Gabinete do Reitor (GR) <u>RESOLUÇÃO Nº 8650, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Cria o Centro USP-China vinculado ao Gabinete do Reitor e dá outras providências. → Pró-Reitorias → Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (CoPq) <u>RESOLUÇÃO COPI Nº 8651, DE 13 DE JUNHO DE 2024</u> Desativa o Núcleo de Apoio à Pesquisa, denominado Centro Analítico de Instrumentação – CAI. UNIDADES UNIVERSITÁRIAS → Museu Paulista <u>COMUNICADO Nº 1, DE 11 DE JUNHO DE 2024</u>

	PREMISSAS INSTITUCIONAIS PARA REALIZAÇÃO DE EXPOSIÇÕES E PROGRAMAÇÃO CULTURAL O Conselho Deliberativo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo (MP-USP), em reunião realizada em 15 de maio de 2024, com fundamento no inciso IX do art. 8º do Regimento do MP-USP (baixado pela Resolução Nº 7906/2019) e, considerando o Plano Museológico e o Projeto Acadêmico do MP-USP e a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e outras legislações correlatas, baixa a seguinte DELIBERAÇÃO Artigo 1º - As premissas que pautam as exposições e atividades culturais desenvolvidas pelo Museu Paulista da USP, para que estejam em consonância com sua missão, visão e valores, tanto nas realizações próprias, como as que são realizadas por grupos, coletivos, artistas ou pesquisadores convidados a compor a programação expositiva e cultural de suas sedes expositivas, são: (...)
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
14/06/2024	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 432, DE 2024</u> Institui a Semana de Prevenção ao Suicídio de Pessoas da População LGBTQIAPN+ no âmbito do Estado de São Paulo. <u>PROJETO DE LEI Nº 431, DE 2024</u> Estabelece normas para que torcedores possam ingressar em estádios de futebol no Estado de São Paulo com bandeiras sustentadas por hastes ou suportes. <u>PROJETO DE LEI Nº 430, DE 2024</u> Cria o Estatuto de Defesa da Criança e do Adolescente Contra a Sexualização Precoce <u>PROJETO DE LEI Nº 429, DE 2024</u> Proíbe a construção de barragens nos rios do Estado de São Paulo.
13/06/2024	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI 428/2024, DE 13/06/2024</u> Assegura o direito à realização de sessão de cinema adaptada a crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias. PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 2024</u> Susta os efeitos do <u>Decreto nº 68.597, de 10 de junho de 2024</u>, que "autoriza a abertura de licitação para a concessão administrativa para a construção, manutenção, conservação, gestão e operação dos serviços não-pedagógicos, organizada nos Lotes Leste e Oeste, e aprova o respectivo regulamento".

12/06/2024	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 33, DE 2024</u> Altera a Lei Complementar nº 1.245, de 27 de junho de 2014, que institui a Bonificação por Resultados - BR aos integrantes das Polícias Civil, Técnico-Científica e Militar e dá providências correlatas, para isentar descontos de natureza tributária e assistência médica. PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 423, DE 2024</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Estado de São Paulo contratar catadores e catadoras autônomos para a coleta e destinação correta dos recicláveis dos órgãos públicos estaduais e eventos por eles promovidos. <u>PROJETO DE LEI Nº 422, DE 2024</u> Dispõe sobre a utilização de "peeling de fenol" em procedimentos estéticos, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 421, DE 2024</u> Altera o dispositivo da lei nº 2.574, de 04 de dezembro de 1980, atualizada pela lei nº 17.370, de 10 de maio de 2021 que, estabelece normas para a declaração de utilidade pública. PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 27/2024, DE 12/06/2024</u> Susta os efeitos do Decreto nº 68.597, de 10 de junho de 2024, que autoriza a abertura de licitação para a concessão administrativa para a construção, manutenção, conservação, gestão e operação dos serviços não pedagógicos, organizada nos Lotes Leste e Oeste, e aprova o respectivo regulamento.
11/06/2024	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 420, DE 2024</u> Altera a Lei nº 12.045, de 21 de setembro de 2005, que institui o Prêmio e a Semana "Josué de Castro" do Combate à Fome e à Desnutrição.
10/06/2024	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI 419/2024, DE 10/06/2024</u> Torna obrigatório o ressarcimento aos usuários dos serviços de energia elétrica por perdas de produtos perecíveis decorrentes da falta de energia elétrica, no Estado. <u>PROJETO DE LEI 418/2024, DE 10/06/2024</u> Institui o "Dia da Memória da Revolta Paulista de 1924". <u>PROJETO DE LEI 417/2024, DE 10/06/2024</u> Estabelece a inexigibilidade do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - incidente sobre o desembaraço aduaneiro realizado pelas instituições a que se refere o art. 150, VI, c, da Constituição Federal. <u>PROJETO DE LEI 416/2024, DE 10/06/2024</u>

	Institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos - PEPSAU, no Estado. <u>PROJETO DE LEI 415/2024, DE 10/06/2024</u> Estabelece regulamentação sobre a cobrança de taxa na remoção de veículo por meio de reboque público ou por empresas prestadoras deste serviço, bem como cobrança de diárias em pátios de remoção. <u>PROJETO DE LEI 414/2024, DE 10/06/2024</u> Institui a Campanha de Promoção ao Trabalho Formal. <u>PROJETO DE LEI 412/2024, DE 10/06/2024</u> Proíbe a utilização de arma de fogo por profissionais que prestam serviço de segurança nas instituições de ensino públicas e privadas do Estado. <u>PROJETO DE LEI 411/2024, DE 10/06/2024</u> Institui o Programa Estadual de Proteção e Segurança do Trabalhador da Indústria do Calçado. <u>PROJETO DE LEI 410/2024, DE 10/06/2024</u> Estabelece a inclusão de produtos e ingredientes de origem agroecológica e orgânica na alimentação fornecida aos estudantes das instituições de ensino da rede pública e aos pacientes dos hospitais públicos ou privados que tenham convênio com o Sistema Único de Saúde - SUS, no Estado.
Publicação TCE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)
15/06/2024	COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG 034/2024</u> (SEI 0009103/2024-11 - Pacto Nacional – Retomada de Obras da Educação Básica-FNDE) O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo COMUNICA aos órgãos jurisdicionados com obras paralisadas ou inacabadas nos termos da Portaria Conjunta MEC/MGI/CGU nº 82, de 10 de julho de 2023, que as diligências técnicas iniciais realizadas pelo FNDE no âmbito do Pacto Nacional de Obras e de Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica e Profissionalizante deverão ser respondidas pelos entes listados a seguir até o dia 28 de junho de 2024, conforme Portaria FNDE nº 459, de 29 de maio de 2024 <u>COMUNICADO SDG Nº 33/2024</u> Complementação VAAT/Fundeb O Tribunal de Contas do Estado, com fundamento na Lei Complementar nº 709, de 1993 e, bem assim, em seu Regimento Interno, ALERTA os Municípios e agentes públicos correspondentes sobre o teor do art. 13, § 4º, da Lei nº 14.113, de 2020, onde consta que somente são habilitados a receber a complementação-VAAT (Valor Aluno Ano Total) os entes que disponibilizarem as informações e os dados contábeis, orçamentários e fiscais, nos termos do art. 163-A da Constituição Federal e do art. 38 desta Lei

Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
13/06/2024	<u>DECRETO Nº 63.494, DE 12 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre o reconhecimento do Complexo de Saúde, Educação em Saúde e Pesquisa em Saúde – Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – HCFMUSP, na forma que especifica, para os fins e efeitos previstos no artigo 371 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, na redação conferida pela Lei nº 17.975, de 8 de julho de 2023, e no artigo 115 da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, na redação conferida pela Lei nº 18.081, de 19 de janeiro de 2024.
12/06/2024	<u>DECRETO Nº 63.488, DE 11 DE JUNHO DE 2024</u> Regulamenta a desapropriação por hasta pública no Município de São Paulo, nos termos dos artigos 99-A e seguintes da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico, artigos 67 e seguintes da Lei nº 17.734, de 11 de janeiro de 2022, que dispõe sobre os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária e artigos 47 e seguintes da Lei nº 17.844, de 14 de setembro de 2022, que aprova o Projeto de Intervenção Urbana Setor Central – PIU-SCE.
10/06/2024	<u>LEI Nº 18.133, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> (Projeto de Lei nº 866/21, dos Vereadores Ely Teruel – MDB e Rodolfo Despachante – UNIÃO) Dispõe sobre a criação do Memorial da Migração Nordestina na Cidade de São Paulo. <u>LEI Nº 18.132, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> (Projeto de Lei nº 760/20, dos Vereadores...) Acrescenta dispositivo à Lei nº 15.096, de 5 de janeiro de 2010, para determinar que o Programa Censo-Inclusão e Cadastro-Inclusão passe a contemplar as pessoas com Transtorno do Espectro Autista. <u>LEI Nº 18.130, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> (Projeto de Lei nº 610/22, da Vereadora Rute Costa – PL) Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia da Conscientização sobre a Síndrome de DiGeorge ou Síndrome de Deleção 22q11.2, a ocorrer anualmente no dia 22 de novembro.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti

mconti@sp.gov.br

Alexandre José Freitas Rocha Cavalcanti

ajrcavalcanti@sp.gov.br

Edson Prates

eprates@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>